
As quatro dimensões para a compreensão do fenômeno das discussões políticas online ¹

The four dimensions to understand online political talk

Rodrigo Carreiro ²

Resumo: O volume crescente de pesquisas sobre discussões políticas online revela uma considerável diversidade de questões de pesquisa e abordagens, o que torna o campo desorganizado e, muitas vezes, pouco atinente a aspectos diversos que implicam no fenômeno. O artigo propõe a formulação de um modelo de compreensão dessas discussões, reunindo retóricas, práticas e visões sobre o campo que se estruturam a partir de quatro dimensões: política, social, comunicacional e cultural. Defendemos uma aproximação sistêmica ao estudo das discussões políticas online, considerando estes elementos, que ajudam a sistematizar ideias, empiria, teorias e reflexões em torno do fenômeno.

Palavras-Chave: discussão política online; social media; política online.

Abstract: The growing volume of research on online political talk reveals a considerable diversity of research questions and approaches, which often makes the field disorganized and diffused. Our paper proposes the formulation of a model for understanding these discussions, bringing together rhetorics, practices and views on the field that are structured based on four dimensions: political, social, communicational and cultural. We argue for a systemic approach to the study of online political talk, considering these elements, which help to systematize ideas, empirics, theories and thoughts about the phenomenon..

Keywords: online political talk; social media; online politics.

1. Introdução

O interesse pelo estudo da discussão política online vem crescendo na medida em que cresce a centralidade desses debates na vida pública e na rotina

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Fenômenos e Práticas da Política Online da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

dos cidadãos, que convergem nesses ambientes para se informar, para consumir e elaborar conteúdos de natureza política por meio do quais alimentam ou expressam a própria opinião sobre os fatos políticos (POSSEGA e JUNGHERR, 2019; RIZZOTTO e SARAIVA, 2020; ROSSINI, STROMER-GALLEY e ZHANG, 2021). Por esse caminho, uma grande diversidade de questões de pesquisa são abordadas, tais como quem são os principais participantes de debates, relações ideológicas, formação de grupos homogêneos, eleições e campanhas digitais, plataformas e suas affordances etc. Isso demonstra, de forma geral, a complexidade do fenômeno, muitas vezes abordado de modo pouco articulado e isolado de variáveis diversas que compõem a compreensão das discussões.

A pesquisa a respeito da discussão política online, no entanto, não cresceu só em termos de volume de publicações, mas, sobretudo, tornou-se mais plural e diversa a ponto de se ramificar e abrir caminho em outros campos. Inicialmente abordada por meio da chave teórica da Esfera Pública e da deliberação, a bibliografia tem experimentado um período de expansão para outras áreas de estudo, como o desacordo político, *conflict avoidance*, polarização, análise de redes, dentre outras.

Há alguns motivos para isso acontecer. É perceptível o incremento das técnicas de coleta e processamento de dados, tão importantes num cenário digital em que se produz e consome material político em um estado de interação contínua proporcionada pelos sites de rede social. As discussões, antes estudadas em fóruns específicos para tal (SCHNEIDER, 1996), passaram a povoar todos os cantos da internet, principalmente plataformas sociais como Facebook e Twitter. Outro fator é o acirramento ideológico e a hiperpolitização do mundo da vida, que se reflete sobremaneira nas redes sociais, onde o conflito de pensamento não é só aceito como provocado. Já do ponto de vista tecnológico, as ferramentas sociais deram ao cidadão o protagonismo das discussões, uma vez que a internet, em certa medida, passou a se organizar em torno dessas redes que tem como modelo de negócio a interação perpétua. E, por fim, os indivíduos. Com o passar do tempo e com este cenário se consolidando, cidadãos desenvolveram uma melhor compreensão das

ferramentas, das suas possibilidades, potências e limitações, sendo artífices de uma cultura discursiva própria dos ambientes digitais.

Essa complexidade teórica, metodológica, política e cultural tem como um dos efeitos nocivos uma certa desorganização na própria estruturação do conhecimento em torno do fenômeno. Há confusão, por exemplo, quanto ao que se considera discussão política ou mera conversação cotidiana; pouco se estuda o impacto das mudanças culturais no modo como as pessoas debatem online. Ou, até mesmo, pesquisas que se concentram primordialmente nas especificidades do fenômeno e direcionam pouca atenção a elementos contextuais marcantes.

Em grande medida, o trabalho aqui proposto reúne retóricas, práticas e visões sobre as discussões políticas online que podem ser agrupadas e analisadas de modo sistêmico, visando principalmente situar esses debates dentro de uma estrutura analítica mais bem elaborada. Essa abordagem dá conta de fatores fundamentais para entender o contexto ao qual as discussões online estão inseridas, o significado de atuação política hoje, os elementos culturais que emergem da apropriação das redes digitais e como processos discursivos digitais se formam, desenvolvem e morrem. O artigo visa estruturar um modelo de compreensão das discussões online que considerem as dimensões que implicam no fenômeno de forma indissociável - por isso apresentamos as dimensões social, política, comunicacional e cultural como formadoras e estruturantes das discussões políticas online. É um modo de sistematizar ideias, empiria, teorias e reflexões em torno do fenômeno, mas não se trata de apontar caminhos obrigatórios ou discricionários para o estudo do fenômeno. Em itinerário concorrente, propomos um inventário crítico de elementos implicados.

A trilha lógica percorrida, em primeiro lugar, assume as discussões políticas online como fenômeno político contemporâneo, principalmente do ponto de vista da expressão política individual. Em outras palavras, o fenômeno evoca perguntas de pesquisa, dentre outras, que só são possíveis de existir num dado contexto. Em segundo lugar, por meio de constante observação empírica e revisão de literatura, identifica-se lacunas e/ou características do fenômeno, que traçam o perfil genérico

do objeto observado. A partir daí, em terceiro lugar, apresentam-se enquadramentos que ajudam a explicar o fenômeno de forma ampla, mas não sem sublinhar o elemento sistêmico de articulação entre as posições envolvidas. Temos, portanto, a estruturação de uma abordagem mais sólida para compreender de forma mais complexa e profunda as discussões políticas online.

2. Dimensão política

O adjetivo qualificador político das discussões é o primeiro elemento a ser considerado, uma vez que essa é a dimensão basilar e primordial para o estudo do fenômeno. Em ambientes digitais, assim como em qualquer espaço social de convivência, discussões, debates, conversas, falas, conversações etc. são práticas que ajudam a formar a cidadania e a robustecer a comunidade política. Em última instância, fazem parte do repertório usual de indivíduos quando em sociedade. Além disso, como nos lembra Jackson, Schullion e Molesworth (2013), discussões envolvem não só troca de argumentos, mas também quadros interpretativos que ajudam a processar as informações. Aqui, enfrentamos frontalmente a pergunta básica: de que exatamente se trata essa discussão? Quais características ou aspectos específicos de uma discussão podem ser usados para classificá-la como política?

Mansbridge (1999), partindo de um lastro normativo e sustentado na democracia deliberativa, dedica especial atenção à natureza do que é discutido entre esses indivíduos, isto é, preocupa-se em qualificar a discussão em sua dimensão específica. Assim, debates ocorridos nos espaços de socialização dos indivíduos têm intenção política quando envolvem temas que “o público deveria discutir”³. Essas discussões formam parte de uma espécie de versão informal da decisão coletiva; não é uma forma de decisão institucional, aquela que envolve interesses ou a participação de membros da esfera política. Mansbridge está falando

³ Tradução própria para: “the public ought to discuss” (p. 211).

do domínio cotidiano das ideias e soluções encontradas por cidadãos reunidos “aleatoriamente” e debatendo assuntos de grande impacto público.

À rigor, nem todo assunto de grande impacto público é político, afinal, discussões sobre telenovela ou sobre o último lançamento musical de Dua Lipa se qualificam como tal. A questão, por outra via, reside no caráter utilitário do objeto. A concepção política da autora considera debates que implicam direitos, políticas públicas, valores e princípios com consequência sociais – e essa é a diferença fundamental para outras modalidades de comunicação entre cidadãos. Parte importante desse conceito está no fato de que indivíduos conectam suas experiências e questões pessoais a grupos, outros indivíduos e temas já em circulação na esfera pública. Segundo a autora, a política é um meio pelo qual cidadãos tentam fazer sentido uma situação comum compartilhada em interação com outros cidadãos. Na prática, uma pessoa encontra similaridade entre a própria vontade ou uma crença individual e algo maior, que está exposto de forma ampla na sociedade. Esse assunto, então, torna-se político por ser algo comum a uma grande quantidade de pessoas e, conseqüentemente, é algo que “the public ought to discuss”. Nesse sentido, é uma aproximação não promíscua da esfera privada com a esfera pública, em que se expõe à coletividade assuntos pessoais que têm a ver com questões mais abrangentes e com impacto direto na vida de todos.

Num esforço de tentar lapidar a ideia de política de modo mais objetivo, Hanna Arendt (2002) tem como ponto de partida o reconhecimento da pluralidade humana, que se expressa indiscriminadamente na vida em sociedade. Para poder resolver seus problemas e conseguir estabelecer relações minimamente saudáveis em meio ao “caos absoluto das diferenças” (p. 14), o ser humano precisa da política, ou seja, do conflito. Ou, como ela mesmo lembra ao recorrer a Hobbes, “a política surge no intra-espço e se estabelece como relação” (p. 15). Muito importante reconhecer isso porque, afinal de contas, o que abordamos neste trabalho é justamente a expressão elementar da política enquanto ação de comunicação.

Mais decisivamente, embora acredite que as discussões políticas não são necessariamente boas para a democracia, Schudson (1997) explica que discussões

para ganharem o *status* de políticas devem exibir um caráter cívico e público. O cívico diz respeito ao tipo de tema em tela; isso quer dizer que Schudson acredita que um requisito básico é que a discussão gire em torno de assuntos que concernem a todos enquanto membros da comunidade política. Quanto ao caráter público, insere-se na mesma questão já tratada pela teoria da esfera pública: as discussões devem ocorrer em espaços nos quais seja possível apresentar argumentos para o escrutínio geral dos interessados. Ainda em trilha semelhante, Delli Carpini (2004) faz uma aproximação mais pragmática entre política e comunicação ao distinguir entre comportamento cívico e comportamento político. Este último está ligado diretamente à natureza pragmática, pois assume que debates desse tipo têm a intenção clara de afetar, de alguma forma, a esfera de poder decisório. Há, portanto, a adoção de uma perspectiva institucional, com vistas a influenciar o modo pelo qual agentes políticos desenvolvem, implementam e reforçam políticas. Já o comportamento cívico se refere ao envolvimento fora da seara política formal, mas que também se refere à discussão de temas de impacto público.

A interface digital, na visão de Bennett e Entman (2001), funciona para a política como um catalisador de oportunidades de impacto direto nos processos de consumo, expressão e discussão política. Não se trata de questionar o valor da política ou a definição do que é público para as novas gerações, mas de reconhecer as mudanças no modo pelo qual as pessoas se relacionam com a política. Para o que pretendemos neste artigo, interessa-nos particularmente a articulação prática que há entre consumo de informação, ação política e disponibilidade. O acúmulo de informação se constitui como uma das bases da estruturação da ação da política, ou seja, está ligado ao repertório informativo adquirido (WRIGHT, 2012), que é o fator que dá sustentação a qualquer opinião ou ideia, condicionado aos meios e modos empregados para formatar uma dieta informativa individual. Coletivamente falando, isso se reflete num consumo vasto (porque há um volume cada vez maior de conteúdo informativo à disposição), complexo (porque há muitas forças em jogo) e multifacetado (pois se expressa de maneira diversa). Estamos diante de um

panorama em que normas e comportamentos, práticas e formas organizacionais políticas estão em um processo contínuo de negociação por parte dos atores envolvidos. Admite-se, nesse sentido, o imperativo adaptativo dessas relações e a interdependência entre as partes envolvidas em criar novos meios de se acessar a política. Para os cidadãos, a consequência é o que Bennett e Segerberg (2012) chamam de ação conectiva, uma alteração significativa nos padrões de ação política que inclui a substituição do acolhimento político coletivo - por meio de partidos ou organizações formalizadas - por um processo de individualização da política. Em outra via, o cenário revela caminhos alternativos para que agentes políticos acessem novas formas de propaganda política e estabeleçam relação mais estreita com o eleitor (MITOZO, MARQUES e MONTALVERNE, 2016).

A dimensão política do fenômeno que estudamos se torna mais explícita, como explica Delli Carpini (2004), porque a expressão dos cidadãos em rede tende a ser mais direta, sem intermediações e, talvez o principal aspecto, em tensão constante com outras expressões. No caso da política, ter a oportunidade de abrir publicamente a opinião pessoal – no mural do Facebook, por exemplo, ou num *tweet* – é um meio para que essa visão seja obrigatoriamente questionada. E essa é justamente a intenção, pois expressar valores, crenças e vontades políticas na internet é esperar que eles sejam processados por outras pessoas. Podemos dizer, portanto, que a política torna-se mais pública, escancarada e disponível.

Mas toda essa caracterização também traz à reboque alguns efeitos nocivos ou, no mínimo, questionáveis. Ainda que se possa admitir um acesso amplo a ferramentas e oportunidades discursivas, nem todos os cidadãos estão efetivamente concernidos pois há uma segunda barreira pós-exclusão digital, a das habilidades cívicas e tecnológicas. Isso se reflete em aspectos que serão discutidos mais adiante neste trabalho, porém um dos mais marcantes é o consumo desigual e fragmentado de fontes informativas, o que tem favorecido um certo fortalecimento de canais informativos extremos e radicais (WAHALSTRÖM, TÖRNBERG e EKBRAND, 2020), além de impactar em um ambiente de polarização desgastante (YARCHI, BADEN e KLIGLER-VILENCHIK, 2021). O que nos leva a inquirir a respeito do

impacto da avalanche informativa a que todos estão expostos, que se projeta em muitas pautas políticas competindo por espaço e pelo tempo dos usuários. Como um consumo desigual se reflete no modo como as pessoas discutem política ou, até mesmo, no modo como argumentam e expõem suas ideias? Em termos mais estritos, a política em disputa em arenas digitais é capaz de traduzir (para um maior número de pessoas) e refletir as questões mais importantes para determinada comunidade política?

3. Dimensão social

O interesse em torno do digital e do online é voltado, dentre muitas perspectivas, à formação de identidades, culturas e relações pessoais, resultado da presença cada vez mais impositiva dessas tecnologias nas mais diversas esferas da nossa vida em sociedade. No caso da discussão política, a dimensão social representa atenção ao aspecto mais relacional do fenômeno; em outras palavras, visamos identificar e refletir a respeito de quem discute online sobre política, o porquê e como essas pessoas se relacionam. A dimensão social do fenômeno é relativa à organização e ao comportamento do indivíduo quando em episódios de discussão política, que é inerentemente interativo e acontece em torno do que é comum, público e coletivo. Graham (2009) explica que devemos estudar discussão política online por meio da compreensão da própria natureza da democracia, que precisa que cidadãos se juntem para discutir política e, conseqüentemente, confrontem suas ideias uns com os outros. As redes digitais são capazes de iniciar e manter discussões de modo nunca visto, torná-las visíveis para grande volume de indivíduos e permitir a ressignificação das opiniões dispostas publicamente.

Não podemos correr o risco de generalizar a respeito do perfil do debatedor online, embora pesquisas apontem para a repetição de um perfil já conhecido quando se analisa participação ou engajamento político digital: o público que discute online é, em sua maioria, jovem, homem e branco (BAEK; WOJCIESZAK E DELLI CARPINI, 2011). Esse é um ponto de partida que vem sendo desafiado à medida

que as ferramentas sociais se consolidam no cotidiano dos cidadãos, principalmente os sites de rede social, por onde as pessoas convergem para consumir e produzir conteúdo político em constante interação e escrutínio⁴. A questão mais importante, no entanto, é compreender que a desigualdade de acesso, em primeiro lugar, e a discrepância de habilidades digitais, em segundo lugar, marcam o fenômeno da discussão assim como marca a experiência de envolvimento geral do cidadão com a política em ambientes digitais.

Choi (2015) explica que há diferença de atuação numa discussão de tipos distintos de usuários. Os líderes de opinião, por exemplo, aqueles dotados de grande atenção online e que dominam redes com grande volume de pessoas, conseguem levar as questões discutidas de uma rede a outra. Mais precisamente, suas mensagens ultrapassam barreiras e passam a povoar outras redes, que não estavam conectadas àquela discussão. Além disso, informa Choi (2015), o papel da “periferia” dessas redes é a de dar vazão às informações compartilhadas pelos líderes, fazer *networking* e engrossar o caldo das discussões, ou seja, dar volume aos debates para que elas cresçam a ponto de “invadir” outras redes.

Ainda sobre o estudo citado acima, a questão da igualdade é posta à prova constantemente em discussões online. Se, por um lado, não há constrangimento, muito menos impedimento, à participação na maioria dos fóruns dessa natureza, “superpostadores” podem dominar a conversa. É diferente do caso dos líderes de opinião, que são os que mais têm influência. Essa dominação não é forçada – seria forçado, sim, haver algum mecanismo de igualdade, tornando a discussão virtualmente “igual”. A questão que Choi (2015) coloca é: os superparticipantes são benéficos ou representam um malefício para as discussões online? Graham (2009) explica que estes podem ser interlocutores que conduzem conversas, enquadram discussões, apresentam novas abordagens e movimentam o debate – ações que, em alguma medida, os colocam como importantes do ponto de vista da mecânica do processo.

⁴ Pesquisas empíricas recentes registram uma maior diversidade de envolvimento em discussões políticas online (RIZZOTTO, SARAIVA e NASCIMENTO, 2019; GIL DE ZÚÑIGA, ARDEVOL-ABREU e CASERO-RIPOLLÉS, 2021; BOULIANNE e KOC-MICHALSKA, 2021).

A importância da discussão política está ligada a ganhos políticos e cívicos para os envolvidos, além de consequências positivas para a democracia. Sistemáticamente falando, podemos dividir os ganhos nesses dois grandes grupos. Primeiro, os que se referem à esfera individual, ou seja, aqueles mais ligados aos ganhos políticos para os que decidem se envolver em discussão. Segundo, os que dizem respeito à democracia ou ao sistema político como um todo, evidenciando principalmente a importância da pluralidade de opiniões e sua função comunitária. Em ambos, o ponto chave é compreender a discussão como processo, ou seja, como um fenômeno social que se insere no cotidiano das pessoas e não se encerra em si. Ela compõe um sistema mais complexo e se molda a partir do contexto social e dos participantes.

Esses ganhos são, em última instância, as razões pelas quais as pessoas resolvem se engajar em discussões políticas. A mais evidente talvez seja o benefício de ordem informacional. Quando envolvidos em discussões, cidadãos adquirem informação para o seu próprio repertório e, assim, geram opiniões mais qualificadas sobre os mais diversos assuntos (BENNETT; FLICKINGER; RHINE, 2000). Sendo assim, é por meio da discussão política que cidadãos produzem razões sobre questões de interesse geral, conectando suas experiências e visões ideológicas ao mercado político disponível na esfera pública.

Habermas (2006), quando trata do assunto, aponta que essas razões estão mais ligadas ao campo individual, pois ajuda na formação política do cidadão e na construção de interpretações sobre assuntos políticos que interessam. Por essa linha, Kim e Kim (2008) explicam que indivíduos enxergam a discussão política prioritariamente como uma forma de expressão pessoal. Por esse viés, as pessoas têm ciência de que, ao se envolverem nesse tipo de debate, um dos resultados possíveis é o reconhecimento mútuo sem que seja necessário “sair” do que já se estava acostumado a fazer no dia a dia.

Por essa trilha, Morey e Yamamoto (2020) partem do pressuposto de que há vários tipos aceitos de discussão política, baseados principalmente na frequência e na força dos laços sociais, e que indivíduos respondem diferentemente a cada uma

delas. As motivações, portanto, estão atreladas a objetivos políticos ou pessoais que são calibradas regularmente pelos cidadãos, considerando aspectos como aprendizado pessoal, conhecimento sobre adversários, influência e construção de relações. No limite, o estudo demonstrou que somente certos tipos de motivações (influenciar os outros e expressar-se) são preditores de alta frequência de engajamento em discussões. Assim, cabe questionar se faz mais sentido estudar o público que debate online por meio de perfil sócio-demográfico ou, em outra via, apostar nas razões e motivações mais genéricas.

Mas há outros elementos nessa complexa equação. Boulianne e Koc-Michalska (2021) abordam o papel de características psicológicas e de personalidade na decisão de se engajar e se manter em discussões políticas. As autoras defendem um deslocamento de foco para considerar atributos individuais em detrimento simplesmente de argumentos ideológicos. O estudo conclui que são as características de personalidade (extroversão, *open-minded*, estabilidade emocional, conscienciosidade e amabilidade) que dominam o terreno das razões de decisão para se envolver. Para tentar explicar detalhadamente como funciona essa mecânica, elas consideram também fatores externos e contextuais para traçar o que chamam de processo de filtragem que, no fim das contas, tenta explicar o regime discursivo online. Primeiro, indivíduos mais “abertos” (*open-minded*) são mais propensos a qualquer tipo de discussão política. No segundo passo, essas pessoas são usuárias ativas de redes sociais e, em terceiro, são menos propensas a se engajar em debates like-minded e, em contrapartida, mais prováveis de discutir sobre política com pessoas que pensam diferente (*cross-cutting talk*).

A sociabilidade digital exhibe particularidades complexas para serem escrutinadas neste artigo, mas podemos encontrar no trabalho de Trottier e Fuchs (2014) um caminho mais adequado ao que nos propomos. Baseando a pesquisa na formação de redes sociais em *social media* - e assumindo que boa parte das discussões políticas atuais ocorrem nesses ambientes -, os autores explicam que três formas de sociabilidade são encontradas: cognição, comunicação e cooperação. Espaços criados em *social media* proporcionam a convergência desses três

elementos em uma socialização integrada. Isso significa que um indivíduo no Facebook, por exemplo, cria conteúdo multimídia (pode ser texto, imagem ou vídeo), publica com o intuito de pessoas interagirem com ele (curtir e comentar) e permite que outras adicionem mais camadas de informação, representada pelo ato de compartilhar. Há, ainda, o que eles chamam de papéis sociais integrados, pois esses sites são baseados na representação pública de situações e momentos da vida privada. É assim quando um cidadão publica sobre preferências musicais pessoais, mas não restringe sua comunicação em rede a esse tema. Pelo contrário, participa do debate público comentando notícias políticas e se envolvendo em discussões políticas. Sendo assim, “várias atividades sociais (cognição, comunicação e cooperação) em diferentes papéis sociais que pertencem ao nosso comportamento em sistemas (econômicos e estatais) e à vida (esfera privada, esfera socioeconômica, esfera sociopolítica e esfera sociocultural) são condensadas em um único perfil” (p. 15). Isso significa que o cenário de integração que o cidadão vivencia pode proporcionar funções sociais e políticas bem diversas.

Mesmo com tantas possibilidades de ganhos políticos individuais, essa ênfase pode nos afastar de aspectos importantes da socialização das pessoas. É o que afirmam Eveland, Morey e Hutchens (2011), ao chamarem a atenção para o fato de que indivíduos podem também exibir objetivos nada democráticos em discussões. Isso quer dizer que as mesmas razões atribuídas como saudáveis para o indivíduo e para o sistema democrático podem, também, gerar resultados nada democráticos. É o caso do crescimento do número de grupos antissemitas, fascistas e autoritários que se perpetuam por meio do mesmo esquema de recompensas que é oferecido, por exemplo, para grupos que militam na causa ambiental.

4. Dimensão comunicacional

Se a dimensão política lida com a natureza das discussões e a dimensão social com as relações entre indivíduos quando em disputa política, a perspectiva comunicacional se ocupa dos meios (aqui representado pela ideia de ambientes

digitais) e da relação estabelecida entre indivíduos e esses espaços discursivos. Interessa-nos examinar as apropriações políticas de plataformas de rede social e como esse fenômeno desencadeia uma série de dinâmicas de interação que são fundamentais para se compreender discussões políticas online.

Os espaços destinados a debates políticos podem ser divididos em dois, a partir do seu gênero: os formais, aqueles em que há algum nível de institucionalidade, e os informais, basicamente todo o resto. Essa base se assenta na ideia de oposição entre debates deliberativos e conversações informais, essas últimas sem caráter oficial e em convívio harmonioso com o cotidiano das pessoas. Os espaços informais podem ajudar a mobilizar um número relevante de questões e informações direcionadas ao que é comum e processar essas contribuições discursivamente por meio de argumentos plurais. No meio disso tudo, os cidadãos podem revisitar suas opiniões publicamente, testar novos argumentos, compartilhar ideias contrárias a fim de rebatê-las e, ao fim e ao cabo, posicionarem-se civicamente.

Assume-se, portanto, relações comunicativas entre membros do poder institucional entre si, entre estes e cidadãos ordinários, entre indivíduos “soltos”, entre indivíduos organizados, entre agentes da mídia, partidos e organizações em geral (MANSBRIDGE, 1999). Os espaços informais são dotados de características que garantem a universalidade de acesso e são, por definição e prática, os campos de vivência do cidadão. O alcance e a disponibilidade do conteúdo discutido também são muito importantes. O indivíduo que participa das discussões precisa ter acesso às questões apresentadas pelos outros membros do corpo social. O desvelamento e a disposição pública desses argumentos são fundamentais para que as pessoas adquiram informação suficiente, tanto para benefício pessoal quanto para abastecer seu repertório com vistas a futuras deliberações.

Os cidadãos possuem formas diferentes de produzir, acessar e circular por esses espaços de que tratamos. Desde os cafés e salões abordados por Habermas, passando por locais de grande concentração de pessoas como praças e ambientes

estudantis, chegando a zonas contemporâneas como aquelas proporcionadas pelos meios digitais, indivíduos se expressam das mais variadas formas.

Com o intuito de identificar discussões políticas em ambiente que não têm essa função, Wright (2012) defende que as redes digitais oferecem ferramentas e apropriações que podem ser consideradas ambientes informais de discussão política, de conversas sobre temas de relevância e momentos de debate envolvendo toda sorte de indivíduos. Na mesma trilha segue Graham (2010), que empreendeu esforços em identificar esse tipo de conversação em um fórum de discussão online sobre o *Big Brother* na Inglaterra, demonstrando empiricamente o caráter híbrido das conversações cotidianas e que estas têm a capacidade de interrelacionar temas de interesse, como os de natureza política. Em um estudo sobre conversação política no Facebook, Miller et al (2015) argumentam que há uma relação positiva entre formação de rede de amigos e discussão política. Indivíduos ligados a mais colegas da Universidade discutem com mais frequência em ambientes interativos com menos riscos de embate – mais notadamente com amigos que compartilham visões políticas semelhantes.

É a imposição tácita de formar redes sociais que marca decisivamente a experiência discursiva em ambientes digitais, tomando como premissa a centralidade de plataformas sociais para o desenvolvimento das discussões políticas mais atraentes na atualidade. A perspectiva que busca entender como esse fenômeno ocorre tem como um de seus principais pilares a ideia da exposição seletiva e da formação de bolhas, ou de grupos de afinidade estrita de pensamento (*like-minded*). Essa concepção entende que indivíduos não procuram naturalmente por espaços de divergência política e permanecem em ambientes que lhes deixam mais seguros, protegidos por outros indivíduos que partilham de sua visão política. Em linhas gerais, os indivíduos tendem a se acomodar em redes homogêneas e se expõem seletivamente a conteúdo político contrário (HUCKFELDT, JOHNSON e SPRAGUE, 2004). A exposição seletiva a visões homogêneas ocorreria, na perspectiva em tela, porque as pessoas tendem a querer procurar informação em

fontes que elas já previamente aprovam, sejam de outros indivíduos sejam nos meios de comunicação (BENNETT et al, 2000).

Na prática, a ideia da exposição seletiva e da formação de câmaras de eco pode ser confrontada mais especificamente por meio de quatro aspectos. Primeiro, não é possível estabelecer uma linearidade no que diz respeito a grupos sociais bem fechados e amarrados, principalmente porque na sociedade complexa de hoje as fronteiras entre “ideologias” e pensamentos políticos não são tão claras. Segundo, a dieta midiática de cada indivíduo varia bastante, conforme já debatemos anteriormente. Terceiro, as pessoas são “obrigadas” socialmente a interagir com outras com quem não necessariamente concordam – seja no trabalho, faculdade, na família ou em outros ambientes de socialização. Quarto, não é possível afirmar com 100% de certeza que todos os indivíduos preferem evitar a discordância política, pois muitos podem encarar o desacordo de opiniões como um modo de disputa política nas arenas de confronto ideológico (como nas eleições, por exemplo).

A crítica encontra um modelo teórico-metodológico mais lapidado na ideia de exposição inadvertida, apresentada de forma mais consistente e sistemática por Brundidge (2010). Resumidamente, trata-se de pessoas que consomem informação dissonante sem que a tenham explicitamente procurado. Para a autora, numa sociedade plural, democrática e livre, o modo como as pessoas encaram discussões políticas que se apresentam no dia-a-dia pode variar muito – o que tornaria quase impossível estabelecer uma noção geral de que os indivíduos evitam categoricamente o conflito quando em espaços digitais. Na internet, as ferramentas à disposição fomentam a formação de grupos fechados, envoltos em noções comunitárias fortes, mas as evidências não são claras de que as pessoas as estão realmente utilizando ativamente para evitar o conflito. Isso ocorre porque, na prática, a estratégia de evitar conflito esbarra na diversidade cada vez maior de fontes e tipos de conteúdo a que os indivíduos são expostos. Além disso, há outro tipo de entrelaçamento no quadro da comunicação digital, aquele que mistura o consumo de plataformas diferentes, que faz com que indivíduos flutuem dinamicamente entre

espaços políticos e não políticos, ou entre espaços digitais que promovem diferentes formas de interação.

5. Dimensão cultural

Ao chegar a este ponto do trabalho, faz-se necessário um passo lateral para retomar algumas questões, acrescidas de outras, a fim de organizar a parte final do nosso modelo. Indivíduos interessados em política e com motivações de se engajar em debates online se debruçam sobre um cálculo ordenado em três variáveis fundamentais. De partida, a variável informativa agrega conteúdo informativo adquirido e disponível para uso em processos discursivos, suporte para qualquer opinião. Conforme argumentamos anteriormente, essa variável responde à pergunta sobre qual a dieta informativa do indivíduo, considerando um ambiente multímido e com oportunidades variadas de consumo e de fontes. Já a segunda variável é a da ordem dos espaços que abrigam as discussões, mais precisamente, de espaços apropriados enquanto ambientes de convivência e ação política. Por definição e prática, são as zonas de convivência dos cidadãos e se moldam e são moldadas pelas *affordances* e pelo uso indiscriminado de cada um desses espaços. Por fim, temos a variável de contexto, dividida em dois: a de ordem político e social e como esse quadro determina práticas, ideias e visões políticas naquele espaço temporal; e a de raiz cultural, incumbida em congregar práticas, linguagens e discursos compartilhados que são, em graus diferentes, mais aceitos/empregados ou menos aceitos/empregados em episódios de discussão política online.

Qualquer processo social que tenha como base o digital, como é o caso das discussões políticas online, deve ter em conta seu caráter de agente duplo, sendo ao mesmo tempo meio e agente ativo (HELMOND, 2015). É meio pois comporta esses debates e se projeta indistintamente como espaço ou interface. E influencia ações porque acumula informação de interesse e é envolto por processos culturais reconfigurados (THOMPSON, 2018). Em seu desenvolvimento inicial da esfera pública, Habermas deu ênfase a reuniões em salões e cafés, tão comuns para a

burguesia da época, e hoje temos um cenário que aceita normalmente que esses espaços podem ser, também, os de origem digital e desterritorializada. Isso ocorre porque estamos falando da mesma coisa, isto é, os espaços de vivência cotidiana das pessoas. Com efeito, são por esses ambientes que as pessoas circulam e “promovem” a política. A cultura digital, e todo seu repertório de ação, consumo, produção e compartilhamento de conteúdo, ampliou o horizonte de como as discussões políticas se expressam.

Podemos anotar, de forma um tanto quanto irônica, que a concretização das visões mais otimistas e libertárias da internet, sem que isso afaste consequências negativas, é que são capazes de iluminar as questões e mudanças culturais que estão em jogo aqui. Um primeiro movimento está no domínio do engajamento e da participação ativa de usuários comuns na geração de conteúdo, exemplificada no fato de que plataformas digitais como Facebook e Twitter não são responsáveis por sequer uma vírgula do que é publicado sob seus domínios. Na concepção de Burgess (2007), o cenário fomenta uma espécie de “criatividade vernacular” que atravessa o funcionamento da internet, unindo pessoas em torno de criação compartilhada, adaptação de conteúdo, disseminação em rede e diversidade. Práticas tão comuns como uso de memes ou uma campanha para derrubar perfis de adversários políticos são elementos característicos desse ambiente e que só fazem sentido em determinado contexto digital.

Uma segunda chave de compreensão nos é fornecida pela ideia de mediatização. Nas palavras de Hjarvard (2015), “a mídia co-estrutura a comunicação e a interação (isto é, o nível da mediação), mas a mediatização ocorre através da institucionalização de padrões de interação particulares (regras formais e informais)” (p. 54). Isso ainda se reflete na alocação de recursos de interação no bojo de uma comunidade ou esfera cultural, isto é, constitui-se como parte integrante tanto da estruturação da própria comunidade quanto da mídia. Finnemann (2011) assinala o desenvolvimento de uma matriz midiática e social dominada por uma linguagem que é antes de tudo unificadora em sua concepção mais prática, pois converge essas linguagens e experiências num mesmo ambiente. O fato é que as pessoas não se

adaptam às mudanças, mas as internalizam de tal modo a torná-las comuns (STROMBACK, 2008), o que marca sobremaneira o modo como as pessoas encaram as discussões políticas online. Esse é o ambiente, portanto, que abriga esses debates, que embaralha mídias e gêneros diferentes, lógicas organizacionais e comportamentais. As discussões incorporam o resultado dessa confluência de agentes, dando vida a novas dinâmicas interativas e políticas.

O terceiro aspecto diz respeito à plataformização dos processos de comunicação digital e seu forte impacto no modo como as pessoas passaram a lidar com a discussão política. Plataformização se refere, de acordo com Poell, Nieborg e van Dijck (2020), à penetração de infraestruturas oferecidas por plataformas digitais nas mais diversas esferas da vida social, política e econômica. Quer dizer, ao mesmo tempo em que as plataformas potencializam e limitam ações comunicacionais, elas também são moldadas por diferentes setores e práticas sociais. A consequência mais evidente é a concentração de conteúdo e processos interativos que são condicionados às estruturas materiais dessas plataformas, tornando a comunicação circunscrita àqueles ambientes e devedora de seus atributos. Ponto importante a se considerar nesse contexto é o fato de que a plataformização não compreende o usuário como passivo; pelo contrário, entende que há uma relação de mútua influência entre estes e as plataformas, dando vazão a práticas, ideias e normas que são fruto direto dessa relação.

Alves (2019) explica que esse processo de reconfiguração digital se projeta em consequências claras para o campo da política, pois assinala a dependência das plataformas criada a partir de mecanismos algorítmicos. Isso afeta tanto meios mais profissionais da política digital, como aqueles voltados à propaganda e relações públicas, mas também procedimentos informais de debate público e mobilização. Para esse último modal, é particularmente impactante a interferência frontal na circulação de notícias e informações políticas, gerando o que Alves (2019) chama de rearranjo de visibilidade. Ainda, como os sites de rede social tem centralizado a comunicação digital, consequentemente, tornaram-se os espaços mais acessados para quem quer discutir sobre política. Isso dá vazão, então, a novas práticas de

consumo e produção de conteúdo político com base na constante necessidade que as plataformas têm de manter os usuários ativos e interagindo dentro de seus domínios

São essas particularidades, ideias e ressignificações que interessam quando tratamos de dimensão cultural enquanto práticas cultivadas em grupo e perpetuadas em ambientes de sociabilidade digital. Em última instância, ajudam a formatar um modo particular de discussão política, calcada no modo como os cidadãos reunidos publicamente conseguem processar informações, desenvolver debates e se apropriar das ferramentas digitais disponíveis, incluindo aspectos subversivos e diversionistas que marcam toda essa experiência.

Um dos exemplos mais notórios disso é o uso de memes políticos em discussões, que podem exibir funções diversas e são parte dessa cultura digital, ou a recorrência de vídeos com linguagem *youtuber* para tratar de temas políticos. E há inúmeros outros casos, como a utilização de contas automatizadas (robôs ou *bots*) que são acionadas com o intuito de simular determinados comportamentos sociais e políticos. Isso gera um processo de reação em cadeia: indivíduos reunidos nessas redes percebem essas movimentações e reagem a elas, assim como políticos e membros da mídia profissional, de modo que discussões, posicionamentos e ações políticas se moldam a partir desse mecanismo não-orgânico. Prova disso é encontrada no estudo de Nobre, Almeida e Ferreira (2019), em que os autores demonstram a centralidade ocupada por perfis automatizados na rede de discussões sobre as eleições brasileiras de 2018. Muito embora em baixo número (apenas 2% da amostra), os robôs concentraram publicações e guiaram discussões a ponto de influenciarem as métricas de engajamento de usuários comuns.

Essa cultura da discussão política online também é palco de ações singulares, caso das guerras de hashtags ou ativismo de hashtags (RIZZOTTO, SARAIVA e NASCIMENTO, 2019). São agregadores de conteúdo, que aglutinam ideias e posicionamentos políticos em torno de frases de efeito ou protesto e que, no fim das contas, demonstram as movimentações políticas de grupos de apoio, crítica e até brincadeira política. Ainda que a expressão política ou até mesmo a participação

política tenha se tornado personalista, individual e menos ‘*grassroots*’ (BENNETT, 2012), o efeito comunitário ainda é muito forte. Em discussões online, o componente de proteção da comunidade a qual o indivíduo julga pertencer é uma das características mais marcantes nesses ambientes (CARREIRO, 2017). A adesão a grupos é menos formal e mais volátil, mas o comportamento de agrupamento político ganha novos contornos, ainda mais se considerarmos que os indivíduos passaram a ter uma experiência digital que embaralha as fronteiras da esfera íntima com a esfera pública. Mais recentemente, estudos passaram a argumentar que, na verdade, o comportamento dos cidadãos ativamente conectados a discussões políticas online se assemelha ao de grupos de fãs da cultura pop, ou *fandoms*. Isso porque episódios de disputa política online também exibem características tais como a ressignificação de termos ou eventos políticos, sentido de proximidade ideológica e pertencimento, expansão narrativa de personagens, engajamento afetivo, rivalidade, dentre muitas outras (ALVES, 2016; DALMONTE e SOUZA, 2019).

E ainda há muitos outros mecanismos discursivos, de linguagem e de comportamento que são evidenciados nesse contexto, mais especificamente, refletem a capacidade regenerativa e criativa dos usuários interessados em política. Da cultura do cancelamento diante de episódios polêmicos, passando pela ação irritante de *trolls* políticos, chegando até novas modalidades de discussões - como a *meta-treta*, em que se discute a própria discussão - o fato é que a cultura da discussão política online se mostra cada vez mais diversa e inovadora.

6. Considerações finais

Apresentamos argumentos e elementos suficientes para sustentar a ideia de que a discussão política online possui características próprias e que os memes, os robôs, os modos de endereçamento e compartilhamento, a linguagem, enfim, os atributos que a constituem como tal ajudam a moldar uma cultura discursiva política própria, um modo de discussão política que é típico dos espaços online em redes sociais. Defendemos, então, a compreensão da discussão como um processo de



comunicação política cultivado em constante estado de interação e conflito e afeito à incorporação de novas dinâmicas interacionais e expressivas.

Com a proposta apresentada, as discussões se acomodam numa perspectiva mais sistemática e atinente a processos que só podem ser compreendidos de modo articulado. Objetivamente, podemos dizer que as discussões políticas online são um tipo de interação discursiva com foco no objeto político, no que é tema público e comum a todos enquanto membros de uma comunidade política (dimensão política). Esses debates se desenvolvem por meio do envolvimento de indivíduos livres e, em níveis diferentes, engajados politicamente, podendo inclusive desempenhar papéis distintos dentro da mecânica da discussão (dimensão social). Como processo comunicativo, as discussões se desenrolam nos ambientes digitais, dotados de características que limitam e potencializam os debates a depender das redes formadas e de como e com quem os usuários se conectam (dimensão comunicacional). A partir disso, as discussões se desenrolam em modo de mútua influência com os próprios usuários, ferramentas e meios que desenvolvem criativamente modelos, linguagens, atributos e mecanismos interativos próprios (dimensão cultural).



REFERÊNCIAS

- ALVES, M. Coxinhas e petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais. **Revista GEMInIS**, v. 7, n. 1, p. 117-146, 6 jul. 2016.
- ALVES, M. **Desarranjo de visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. Tese (doutorado Comunicação) - Programa de Pós-Graduação Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2019.
- ARENDT, H. **O Que é Política?** 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BAEK, Y. M.; WOJCIESZAK, M.; CARPINI, M. X. D. Online versus face-to-face deliberation: Who? Why? What? With what effects?. **New media & society**, 14.3: 363- 383. 2012.
- BENNETT, S.; FLICKINGER, R. S.; RHINE, S. L. Political talk over here, over there, over time. **British Journal of Political Science**, 30.01: 99-119. 2000.
- BENNETT, W. L.; ENTMAN, Robert M. **Mediated politics: Communication in the future of democracy**. 2001.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. THE LOGIC OF CONNECTIVE ACTION. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, jun. 2012.
- BENNETT, W. Lance. The Personalization of Politics. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 644, n. 1, p. 20-39, 3 nov. 2012.
- BOULIANNE, Shelley; KOC-MICHALSKA, Karolina. The Role of Personality in Political Talk and Like-Minded Discussion. **The International Journal of Press/Politics**, 17 mar. 2021.
- BRUNDIDGE, Jennifer. Encountering "Difference" in the Contemporary Public Sphere: The Contribution of the Internet to the Heterogeneity of Political Discussion Networks. **Journal of Communication**, [S. l.], v. 60, n. 4, p. 680-700, 2010.
- BURGESS, J (tese). **Vernacular creativity and new media**. Queensland University of Technology, Brisbane, Australia. 2007.
- CARREIRO, Rodrigo (tese). **A discussão política em rede: um estudo sobre a divergência política no Facebook**. Salvador, 2017.
- CHOI, Sujin. The Two-Step Flow of Communication in Twitter-Based Public Forums. **Social Science Computer Review**, [S. l.], v. 33, n. 6, p. 696-711, 2015.
- DALMONTE, Edson Fernando; SOUZA, Pedro Carlos. Ativismo por fandoms políticos conservadores: a discussão em torno dos casos Queermuseu e La bête por páginas pró-Bolsonaro. **Comunicação & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 335, 31 ago. 2019.
- DELLI CARPINI, M. X. Mediating Democratic Engagement: The Impact of Communications on Citizens' Involvement in Political and Civic Life. In: KAID, L. L. (ORG). **Handbook of Political Communication Research**. University of Florida, 2004.
- EVELAND, W. P.; MOREY, A. C.; HUTCHENS, M. J. Beyond deliberation: New directions for the study of informal political conversation from a communication perspective. **Journal of Communication**, 61.6: 1082-1103, 2011.
- FINNEMANN, Niels Ole. Mediatization theory and digital media. **Communications**, v. 36, n. 1, jan. 2011.
- GIL DE ZÚÑIGA, Homero; ARDEVOL-ABREU, Alberto; CASERO-RIPOLLÉS, Andreu. WhatsApp political discussion, conventional participation and activism: exploring direct, indirect and generational effects. **Information, Communication & Society**, v. 24, n. 2, p. 201-218, 25 jan. 2021.

GRAHAM, T. **What's Wife Swap got to do with it? Talking politics in the net-based public sphere thesis**. PHD Thesis, FMG: Amsterdam School of Communication Research (ASCoR), 2009.

GRAHAM, Todd. The Use of Expressives in Online Political Talk: Impeding or Facilitating the Normative Goals of Deliberation? Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics). [S.l.: s.n.], 2010.

HABERMAS, Jürgen. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. **Communication Theory**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 411–426, 2006

HELMOND, Anne. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, p. 205630511560308, 22 set. 2015.

HJARVARD, Stig. **Da Mediação à Midiatização: a institucionalização das novas mídias**. In Situ – Revista Científica do Programa de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano, v. 3, p. 51–62, 2016.

HUCKFELDT, R.; JOHNSON, P. E.; SPRAGUE, J. **Political disagreement: The survival of diverse opinions within communication networks**. Cambridge University Press, 2004.

JACKSON, D.; SCULLION, R.; MOLESWORTH, M. 'Ooh, politics. You're brave'. **Politics in everyday talk: an analysis of three 'non political' online spaces**. 'The Media, Political Participation and Empowerment'. Routledge, 1st edition. 2013

KIM, J.; KIM, E. J. Theorizing Dialogic Deliberation: Everyday Political Talk as Communicative Action and Dialogue. In: **Communication Theory** 18, 51–70. 2008.

MANSBRIDGE, J. Everyday political talk in the deliberative system. In: MACEDO, S. (org.). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford University Press, NY. 1999.

MILLER, P. R.; BOBKOWSKI, P. S.; MALINIAK, D.; RAPOPORT, R. B.; Talking Politics on Facebook: Network Centrality and Political Discussion Practices in Social Media. In: **Political Research Quarterly**, 2015, Vol. 6 (2) 377–391. 2015.

MITOZO, Isabele Batista; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. Como se configura a comunicação online entre representantes e representados no Brasil? Um estudo sobre as ferramentas digitais da Câmara dos Deputados. **Revista Contracampo**, v. 35, n. 2, p. 87, 18 out. 2016.

MOREY, Alyssa C.; YAMAMOTO, Masahiro. Exploring Political Discussion Motivations: Relationships with Different Forms of Political Talk. **Communication Studies**, v. 71, n. 1, p. 78–97, 1 jan. 2020.

NOBRE, G. P.; ALMEIDA, J. M.; FERREIRA, C. H. G. **Caracterização de bots no Twitter durante as Eleições Presidenciais no Brasil em 2018**. In: Anais do VIII Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining. Belém, Brasil. 17 e 18 de julho. 2019.

POSEGGA, Oliver; JUNGHER, Andreas. Characterizing Political Talk on Twitter: A Comparison Between Public Agenda, Media Agendas, and the Twitter Agenda with Regard to Topics and Dynamics. 2019, p. 2590–2599., [S.l.: s.n.], 2019.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José Van. Plataformização. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2–10, 4 abr. 2020.

RIZZOTTO, Carla Candida; SARAIVA, Alécia. Violência de gênero em debate: uma análise das conversações sobre a lei do feminicídio na fanpage do Senado Federal. **Intexto**, v. 0, n. 49, p. 249–269, 30 abr. 2020.

RIZZOTTO, Carla Candida; SARAIVA, Alécia Silva; NASCIMENTO, Louize. **#ELENÃO: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter**. 2019, [S.l.: s.n.], 2019.



ROSSINI, Patrícia; STROMER-GALLEY, Jennifer; ZHANG, Feifei. Exploring the Relationship Between Campaign Discourse on Facebook and the Public's Comments: A Case Study of Incivility During the 2016 US Presidential Election. **Political Studies**, v. 69, n. 1, p. 89–107, 6 fev. 2021.

SCHNEIDER, Steven M. Creating a Democratic Public Sphere Through Political Discussion. **Social Science Computer Review**, v. 14, n. 4, p. 373–393, 19 dez. 1996.

SCHUDSON, M. Why conversation is not the soul of democracy. In: **Critical Studies in Media Communication**, 14.4: 297-309. 1997.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 228–246, 1 jul. 2008.

THOMPSON, JOHN B. A interação mediada na era digital. (Portuguese). **Mediated interaction in the digital age**. (English), v. 12, n. 3, p. 17, 2018.

TROTTIER, D.; FUCHS, C. **Social Media, Politics and the State: protests, revolutions, riots, crime and policing in the age of facebook, twitter e youtube**. Routledge, Taylor and Francis Group, 2014.

WAHLSTRÖM, Mattias; TÖRNBERG, Anton; EKBRAND, Hans. Dynamics of violent and dehumanizing rhetoric in far-right social media. **New Media & Society**, p. 146144482095279, 30 ago. 2020.

WRIGHT, S. From "third place" to "third space": everyday political talk in non-political online spaces. In: **Javahost-the public**, vol 19, n.3. 2012.

YARCHI, Moran; BADEN, Christian; KLIGLER-VILENCHIK, Neta. Political Polarization on the Digital Sphere: A Cross-platform, Over-time Analysis of Interactional, Positional, and Affective Polarization on Social Media. **Political Communication**, v. 38, n. 1–2, p. 98–139, 15 mar. 2021.